

A Terminologia em Documentos Normativos

Cleide Lemes da Silva Cruz

Resumo

A terminologia está presente em todos os campos do saber e serve de testemunha do avanço das ciências e das técnicas e surge para sistematizar o léxico das linguagens de especialidade. É nesse contexto que surge a demarcação nítida entre o léxico das ciências (especializado) e o léxico geral (comum). Motivados por esse objetivo e preocupados com as regras de formação dos termos técnico-científicos, os cientistas começam a estabelecer padrões terminológicos em seus domínios de especialidades de modo a instituir determinadas especificidades às linguagens. Logo, a terminologia específica deve ser aprendida num instrumento que tem como objetivo descrever a competência natural do técnico ideal de uma área. E é com base nessas análises é que realizamos um estudo linguístico das chamadas Normas Brasileiras de Regulamentação (NBR) da área da Engenharia Civil, documento oficial que define os procedimentos, métodos, simbologia e a terminologia da Engenharia Civil e contribui para a difusão da terminologia.

Palavras-chave: Terminologia. Documentos Normativos. NBR..

1. Introdução

Em 1979¹, o engenheiro austríaco Eugen Wüster publicou um tratado sobre a terminologia no âmbito da engenharia e da indústria e trouxe à discussão o papel da Terminologia na perspectiva de adequação dos termos às novas tecnologias. Wüster afirmava que a Terminologia era uma ferramenta muito útil para a normalização e prescrição de termos os quais deveriam ser aplicados em cada área do conhecimento. No entender de Wüster, cada área teria sua terminologia prescrita e normalizada.

Faulstich (1995), em sua trajetória de pesquisas, serviu-se do ponto de vista de Wüster para reconhecer que, no lugar da prescrição, deveria haver descrição dos dados terminológicos e que normalização, no contexto wüsteriano, era o mesmo que normatização. Além de estabelecer um padrão de normas universais que

¹ Ano de publicação do livro Introdução à Teoria Geral da Terminologia e da lexicografia terminológica, após a morte de Eugen Wüster e originado com base em sua tese de doutorado intitulada *International Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektrotechnik*, publicada em 1931. Em 1998, Maria Teresa Cabré traduz esse livro para o espanhol. Para fins dessa pesquisa, usaremos o livro traduzido por Cabré, em 1998.

melhorassem a comunicação e a cooperação internacional, a normalização permite reduzir as distintas variedades de um mesmo produto a apenas uma, Cruz (2013).

Cabré (1993) afirmou que as primeiras atividades relacionadas com a normalização começaram no século XVII quando, graças aos intercâmbios comerciais provocados pelo início da industrialização, algumas empresas começam a elaborar regulamentos de produção, primeiramente de uso interno para racionalizar sua produção, e posteriormente de alcance mais geral para facilitar as relações de intercâmbio.

Com a revolução industrial do século XIX, que impulsiona definitivamente a cooperação internacional, tornou-se explícita a necessidade de unificar alguns sistemas de produção, medidas, pesos e outros aspectos, objeto de intercâmbio e, com eles, também a terminologia.

A importância crescente da normalização é confirmada como prática que permite reduzir as diferenças, quando estas não são pertinentes para levar a cabo intercâmbios de qualquer classe (Cabré, 1993), como já havia previsto Wüster (1979) quando postulou que “la normalización de los objetos sería completamente imposible sin la normalización del lenguaje técnico” (p. 148).

Em relação a esse percurso histórico, Gutiérrez Rodilla (1998) observou que:

É difícil estabelecer onde se inicia exatamente a história das nomenclaturas, que, em boa medida, está relacionada com a das classificações e da sistematização. A situação varia de um ramo para outro da ciência, embora poderia considerar que o ponto de partida se encontra na última metade do século XVII e que adquire uma grande importância ao longo do século XVIII – a ideia de que a ciência deveria utilizar uma ‘linguagem bem feita’ (p. 207).

Motivados por esse objetivo e preocupados com as regras de formação dos termos técnico-científicos, os cientistas, segundo Oliveira (2009, p. 16), começam a estabelecer padrões terminológicos em seus domínios de especialidades de modo a instituir determinadas especificidades às linguagens. E é nesse contexto que surge a

demarcação nítida entre o léxico das ciências (especializado) e o léxico geral (comum).

2. Documentos Normativos

No Brasil, assim como em todo o mundo, foram desenvolvidos trabalhos não por terminólogos, mas por especialistas de diversas áreas para a fixação de denominações de conceitos científicos. Esses conceitos eram registrados em documentos e em formatos diversos. A exemplo disso, temos, por exemplo, o **Dicionário do Engenheiro**, material que apresenta mais de 10.000 verbetes, nas áreas de engenharia civil, elétrica, mecânica, de produção, geologia, meio ambiente e arquitetura. A obra tem por objetivo auxiliar estudantes e profissionais de engenharia e arquitetura, aos profissionais de outras áreas, como bibliotecários, jornalistas, juristas e linguistas.

71



Figura 1. Dicionário do Engenheiro

Destacamos também outra obra que contribui para a difusão do léxico especializado da área da engenharia civil é o **Manual do Sondador**, material que reúne a experiência de campo dos sondadores brasileiros e, apresenta, por meio de uma linguagem objetiva e técnica, a definição e origem de termos ligados à sondagem do solo. Como o próprio nome diz, trata-se de um manual, o qual apresenta o passo a passo para a execução da sondagem do solo; desde a marcação no solo onde ocorrerá a sondagem; os equipamentos que serão utilizados; a coleta e a classificação do solo; o preenchimento do boletim de campo; além de diversos ensaios ligados à execução do trabalho do sondador. O manual traz ainda informações e dicas relacionadas à saúde do sondador e a importância do uso de equipamentos de segurança.

72

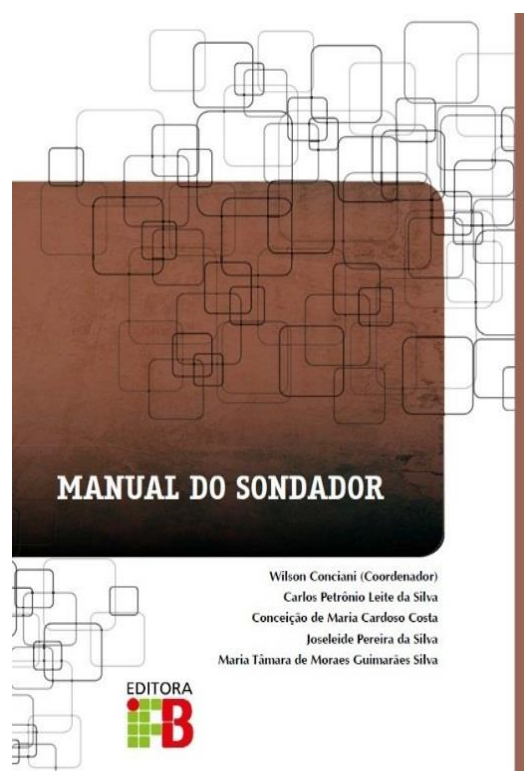


Figura 2. Manual do Sondador²

² Esta obra encontra-se disponível para download, gratuito, na página do Instituto Federal de Brasília (IFB), no seguinte link: <file:///C:/Users/1511647/Downloads/172-658-1-PB.pdf>

Ainda na coleta de documento normativo, encontramos o **Manual de Hidráulica Azevedo Netto**, o qual consiste em apresentar clara e simplesmente informações e dados essenciais à atividade do engenheiro no campo da Hidráulica e já se encontra na 8ª edição. Este manual é voltado aos profissionais e estudantes de Engenharia e de tecnologia da especialidade. Desenvolve conceitos e princípios básicos, mas também apresenta aplicações práticas e dados técnicos necessários aos dimensionamentos e projetos de estruturas hidráulicas e de canalizações, mormente dos sistemas hidráulicos urbanos e prediais. Trata de parâmetros atuais, como a tensão tardiva e a velocidade crítica para tubulações de esgoto, e vem acrescentado de capítulo novo acerca de irrigação. Cuida também das aplicações de informática aos cálculos hidráulicos mais usuais.

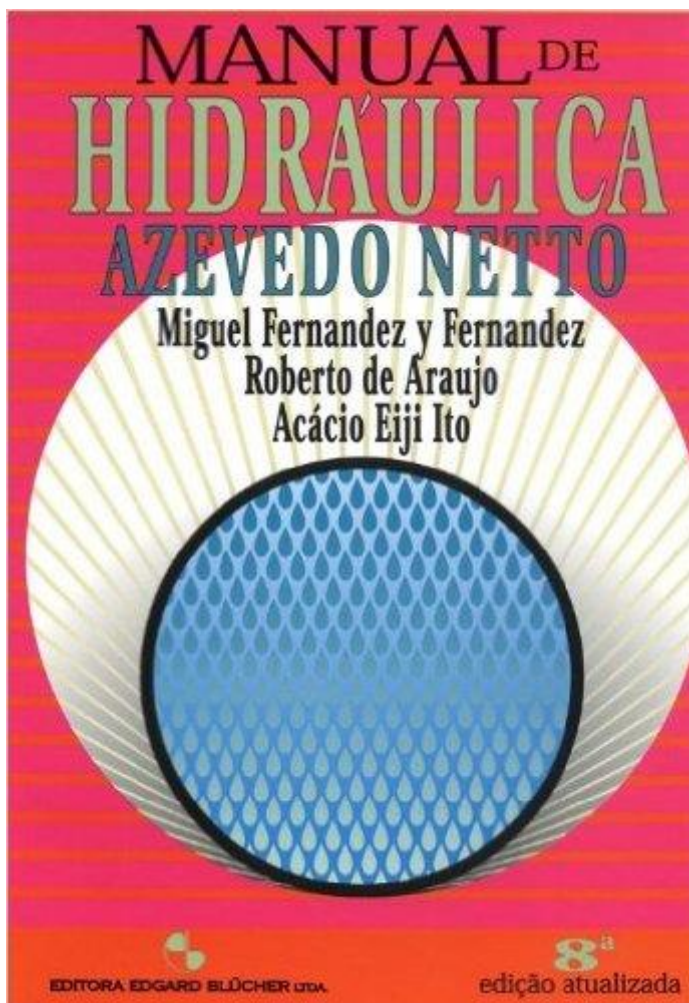


Figura 3. Manual de Hidráulica Azevedo Netto

A seguir, destacamos a Norma Brasileira de Regulamentação (NBR), objeto de nossa análise, como fonte de difusão da terminologia de diversas áreas técnicas.

As normas são documentos oficiais utilizados por engenheiros, arquitetos, técnicos das mais diversas subáreas ligadas à engenharia civil e, para isso, são dotadas de terminologias próprias dessa área. Cabré (1993, p. 436) declara que “la terminologia permite a los especialistas expresar sus ideas y conceptualizar la realidade; y los términos son el vehículo que permite concebir y redactar las normas sobre los produtos”.

A função social da terminologia, segundo Cabré (1993, p. 11) é “facilitar la comunicación entre lós especialistas y el público profano, superando así los

obstáculos terminológicos creados por el contacto de lenguas”. Como resultado da notável expansão da ciência e tecnologia, a profusão de termos técnicos em determinadas áreas dificultava a comunicação entre especialistas, embora eles fossem do mesmo campo de especialização. Assim, precisava-se de uma padronização desses termos, da sua explicitação e respectiva tradução, quando fosse o caso.

Segundo os especialistas da área da Engenharia Civil, a terminologia específica deve ser aprendida num instrumento que tem como objetivo descrever a competência natural do técnico ideal de uma área. Nosso ponto de vista demonstra que as NBRs são um instrumento normalizador e complementar aos dicionários de língua comum, porque possibilita o estudo da terminologia essencialmente em documento que normatiza essa área, Cruz (2013).

Como os dicionários, as NBRs seguem uma metodologia para a apresentação das definições dos termos que serão utilizados para um determinado procedimento técnico da área da Engenharia Civil. As normas que trabalham com as terminologias dessa área (solos, edificações e fundações) são num total de três, duas para terminologia e uma para simbologia. Todas elas apresentam um texto inicial no qual o objetivo fim daquela norma. A apresentação dos termos nas NBRs é realizada por uma comissão de estudos de terminologias.

Como documento normativo, as NBRs apresentam uma capa em que constam a logomarca da ABNT, o endereço da instituição à esquerda da capa, à direita, mês e ano da publicação da norma, o número da norma, precedido da sigla NBR, o título em letras maiores e em negrito. Ainda na capa, há a indicação se a norma remete a procedimento, método de ensaio ou à terminologia, Cruz (2012a).

A seguir, aparecem separadas por um traço, as informações de publicação, data e direitos autorais reservados, à esquerda e à direita, as informações de origem da norma, se de um projeto previamente apresentado ou de um projeto encomendado. Em seguida, o número do comitê e da comissão de estudos aos quais a NBR está vinculada. Logo após, o título da NBR aparece em inglês. Ainda poderá conter informações sobre a substituição de normas anteriores ou não, além da

validade e por fim, abaixo de outro traço, as palavras-chave que representam a essência da norma, seguido do número de páginas.

Seguida à capa, a norma apresenta procedimentos, objetivos, definições, resultados e relatórios da norma. O texto utilizado na norma é estritamente objetivo, claro e conciso, não carecendo de informações adicionais. Caso necessite, traz ou como nota de rodapé ou apenas nota.

Cópia não autorizada



ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas

Sede:
Rio de Janeiro
Av. Treze de Maio, 13 - 28º andar
CEP 20033-900 - Caixa Postal 1680
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: PABX (021) 210-3122
Fax: (021) 240-6246/530-2143
Endereço Telegráfico:
NORMATÉCNICA

Copyright © 1984,
ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas
Printed in Brazil
Impresso no Brasil
Todos os direitos reservados

DEZ 1984	NBR 6489
----------	----------

Prova de carga direta sobre terreno de fundação

Procedimento

Origem: Projeto NB-27/1968
CB-02 - Comitê Brasileiro de Construção Civil
CE-02:004.08 - Comissão de Estudo de Projeto e Execução de Fundações

Palavra-chave: Fundação

2 páginas

1 Objetivo

Esta Norma fixa as condições gerais a satisfazer nas provas de carga sobre terreno, para fins de fundações por sapatas rasas, assim como as informações que devem constar no registro da mesma.

2 Instalação e aparelhamento para a prova de carga

Para a instalação de uma prova de carga direta, deve-se proceder como segue:

- a) a cota da superfície de carga deverá sempre ser a mesma que a das eventuais bases das sapatas da futura fundação;
- b) a placa para aplicação das cargas ao solo deverá ser rígida, e terá uma área não inferior a 0,5 m², será colocada sobre o solo em seu estado natural e devidamente nivelado, ocupando a área total do fundo de um poço. A relação entre a largura e a profundidade do poço para a prova deve ser a mesma que entre a largura e a profundidade da futura fundação;
- c) ao abrir-se o poço, todos os cuidados serão necessários para evitar alteração do grau de umidade natural e amolgamento do solo na superfície de carga;
- d) em torno da placa de prova (ou poço) o terreno deverá ser aplainado e não deverão existir cargas aplicadas a ele dentro de uma faixa de largura pelo menos igual ao diâmetro ou lado da placa;
- e) o dispositivo de transmissão de carga deve ser tal que a mesma seja aplicada verticalmente, no centro da placa, e de modo a não produzir choques ou trepidações. É aconselhado o uso de macaco hidráulico munido de bomba e manômetro devidamente aferidos, reagindo contra uma carga de reação (caixão carregado, ancoragem, etc.);
- f) os recalques devem ser medidos por extensômetros sensíveis a 0,01 mm, colocados em dois pontos diametralmente opostos da placa;
- g) os dispositivos de referência para medidas de recalque devem estar livres da influência dos movimentos da placa, do terreno circunvizinho, do caixão ou das ancoragens; seus apoios devem achar-se a uma distância igual a pelo menos 1,5 vez o diâmetro ou lado da placa, medida a partir do centro desta última;
- h) as trepidações de qualquer espécie devem ser evitadas durante a execução das provas de carga.

3 Execução da prova de carga

Para a execução da prova deve-se observar o seguinte processo:

- a) carga aplicada à placa em estágios sucessivos de no máximo 20% da taxa admissível provável do solo;
- b) em cada estágio de carga, os recalques serão lidos imediatamente após a aplicação desta carga e após intervalos de tempo sucessivamente dobrados (1,

Figura 4. Norma Brasileira de Regulamentação

3. A elaboração das Normas

As normas são documentos oficiais utilizados por engenheiros, arquitetos, técnicos das mais diversas subáreas ligadas à engenharia civil e, para isso, são dotadas de terminologias próprias dessa área.

De acordo com Cruz (2013), na construção civil, esse conhecimento é transmitido por intermédio das NBRs, documento que normaliza o uso da linguagem da área. As NBRs são formuladas por um grupo de técnicos diversos, entre eles linguistas que tratam a linguagem como objeto de transmissão de conhecimento técnico e especializado, para isso, apoiam-se numa linguagem eminentemente técnica, precisa e controlável.

O processo de elaboração de normas técnicas atualmente é iniciado sempre que a sociedade se manifesta, gerando uma demanda.

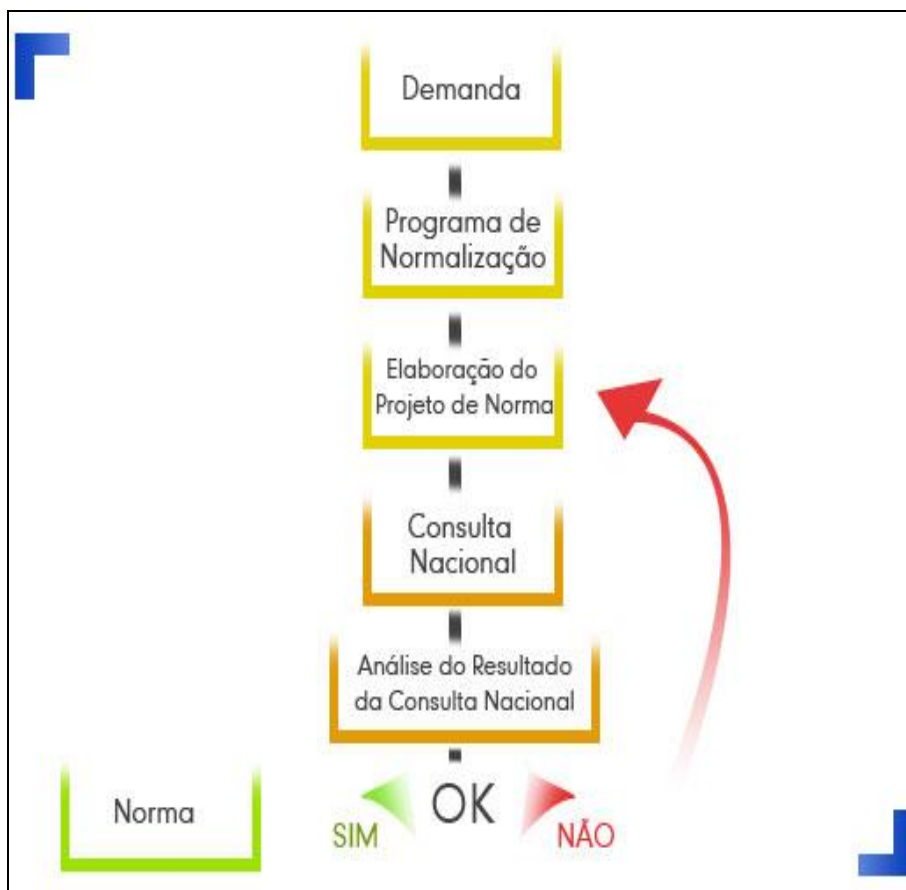


Figura 5. Fluxo de elaboração de normas técnicas

O Comitê Brasileiro (ABNT/CB) ou Organismo de Normalização Setorial (ABNT/ONS) analisa a solicitação, verifica a viabilidade e prioridade e a inclui no seu Programa de Normalização Setorial (PNS). Em seguida, encaminha a solicitação à Comissão de Estudo (CE), composta por representantes de todas as partes interessadas. Tal comissão possui a responsabilidade de desenvolver, por consenso, o texto a ser submetido à Consulta Nacional. Se o assunto não justificar tal medida, por ser muito restrito, é criada uma Comissão de Estudo Especial Temporária (ABNT/CEET), que cuidará apenas da elaboração da norma solicitada. Ilustramos, a seguir, o fluxo que representa as fases de criação de uma NBR.

A Comissão elabora o Projeto de Norma Brasileira, preferencialmente, com base em normas internacionais, de acordo com o Código de Boas Práticas em Normalização da ISO e OMC.

Após o processo de desenvolvimento das normas, o Projeto de Norma Brasileira é submetido a uma Consulta Pública Nacional³ e qualquer interessado pode emitir sua opinião quanto ao conteúdo do documento. Essa consulta recomenda à CE a sua aprovação, com sugestões, ou a sua não aprovação, com objeções técnicas. A CE analisa as sugestões ou objeções técnicas ao Projeto de Norma Brasileira, convidando os seus autores a participar da reunião final de aprovação, para que defendam pessoalmente suas posições. Como resultado, a CE pode aprovar o Projeto como Norma Brasileira ou retornar à etapa anterior, de elaboração, a fim de proceder a um novo estudo, caso as objeções técnicas sejam julgadas relevantes, Cruz (2013). Por fim, a ABNT publica a Norma Brasileira, disponibilizando-a à sociedade. A esse respeito, afirma Faulstich (2003a, p. 62), que “a sociedade que cria o objeto é a que o denomina; essa denominação, que já nasce num espaço político, vira termo, navega nas redes de intercomunicação, impõe-se nas línguas, se internacionaliza”.

³ A Consulta Pública Nacional, atualmente, é feita via internet pelo link: <http://www.abntonline.com.br/consultanacional/>

4. A terminologia nas NBRs

Nas atividades da construção civil, a demanda de entendimento e de diálogo de saberes entre os vários profissionais envolvidos (engenheiro, mestre, encarregado, pedreiro) é indispensável e, ao mesmo tempo, bastante desafiadora. Defendemos que o entendimento dos termos é indispensável porque é por meio dos diálogos que as ações são concretizadas. Tal entendimento é desafiador porque exige um conhecimento dos termos e de textos técnicos das NBRs, por parte de mestres, encarregados e pedreiros.

Para Cunha (2010, p. 60), a linguagem é uma dimensão da atividade de trabalho. Nesse sentido, a atividade de trabalho, por meio dos recursos linguísticos utilizados, reflete as estratégias adotadas para ajustar e reconfigurar sua atividade. As práticas de linguagem, próprias de um campo de trabalho específico, são fontes reveladoras dos usos que os trabalhadores fazem dela para regular sua atividade.

À luz de uma análise terminológica, as práticas de linguagem são voltadas para uma área técnica específica, a da construção civil, que se concretiza com base nas normas estabelecidas para o trabalho técnico. A linguagem, dessa forma, recebe uma atenção mais cuidada, posto que deve exprimir toda a técnica que a área exige.

Ainda que se trate de trabalho executado por indivíduos com pouca escolaridade, em sua maioria, estes se empenham e se mostram capazes de discernir a “linguagem” expressiva mais adequada. Assim, entendemos que, no caso da construção civil, os profissionais de base, como pedreiros, encarregados e mestres de obras podem não possuir o domínio da linguagem técnica do engenheiro, e vice-versa. Entretanto, esses profissionais se empenham para dominar a técnica e, como consequência dessa prática, esforçam-se para compreensão da linguagem técnica da área. Como já dissemos anteriormente, com base nas reflexões de Wüster (1998), Cabré (1993) e Faulstich (2003) fica comprovado que é por meio da linguagem técnica que se faz o intercâmbio de informações e conhecimentos e se estabelece um meio de controle desses conhecimentos.

Na construção civil, esse conhecimento é transmitido por intermédio das NBRs, documento que normaliza o uso da linguagem da área. As NBRs são formuladas por um grupo de técnicos diversos, entre eles linguistas que tratam a linguagem como objeto de transmissão de conhecimento técnico e especializado, para isso, apóiam-se numa linguagem eminentemente técnica, precisa e controlável.

81

Quites (2011, p. 2) afirma que “qualquer termo cujo conceito técnico seja mais especializado, mais restrito que o conceito dado nos dicionários comuns, deve ser definido cuidadosamente em Normas Técnicas”. Assim sendo, para nós, as NBRs são uma fonte de pesquisa terminológica mais do que precisa, pois normalizam não só as técnicas para o ofício a ser desenvolvido, mas também a terminologia e a simbologia dessa área, com objetivo de prescrever normas e técnicas para a construção civil, por meio de uma linguagem de especialidade. Para isso, os especialistas partem da definição do termo dentro de co-textos e contextos especializados, para que o termo seja entendido. Os termos se configuram como unidades terminológicas simples (UT), e unidades terminológicas complexas (UTC), como podemos ver a seguir, na figura 6.

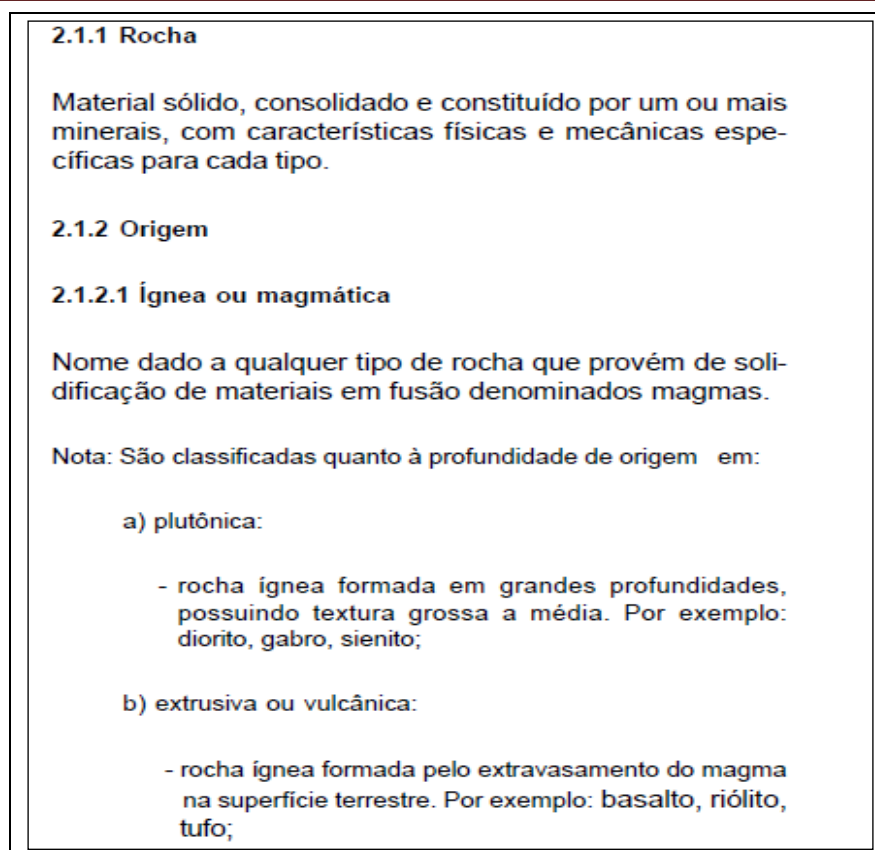


Figura 6. Definição de termos na NBR 6502/1995

Os termos são inseridos na NRB 6502/1995 de acordo com a referência da norma, por exemplo, a NBR 6502 apresenta termos de rochas e solos, desse modo, a palavra-entrada é ‘rocha’. Aparece em negrito, com inicial em maiúscula, precedido do número de ordem (2.1.1 de um total de 2.2.226). A definição aparece uma linha abaixo da palavra-entrada e é iniciada com letra maiúscula.

A maioria das definições da NBR 6502/1995 é produzida a partir da retomada textual do NDA (2010) em alguns trechos com cortes ou inserções; em relação ao termo ‘rocha’, por exemplo, ocorre a generalização ‘massa compacta de pedra muito dura’, por ‘material sólido’; alguns apagamentos, ‘agregado natural formado de substâncias minerais ou mineralizadas’ por ‘constituído por um ou mais minerais; são introduzidos também esclarecimentos subdivididos em 2.1.2, informando o tipo de origem da rocha. A NBR apresenta ainda uma ‘Nota’ que informa a classificação

da profundidade de origem da rocha é a subdivisão em a, b e c, seguidas das respectivas definições de que podemos determinar os termos expandidos: rocha > rocha ígnea > rocha plutônica, cuja expansão produz a UTC 'rocha de origem ígnea do tipo plutônica' com a variante rocha ígnea plutônica.

4.1 As ilustrações, figuras e símbolos

As NBRs apresentam figuras, ilustrações e símbolos que corroboram o entendimento do significado ou, ainda, servem para simplificar a representação de um determinado termo no texto. Sobre isso, vale consultar a NBR 13441/1995 (Rochas e solos – Simbologia), com 13 páginas destinadas ao estabelecimento “da simbologia a ser utilizada para os termos geológicos-geotécnicos e a convenção gráfica de rochas e solos definidos pela NBR 6502 (p. 1)”. Acerca disso, Wüster (1998, p. 68) afirmou que “muchas veces las ilustraciones permiten entender con más facilidad las definiciones a las que acompañan”.

Nesse sentido, quando o técnico executar determinada ação, ele poderá utilizar os símbolos apresentados por esta norma, como, por exemplo, para designar um tipo de solo, o técnico poderá fazer uso de ilustrações como a seguir na figura 7:

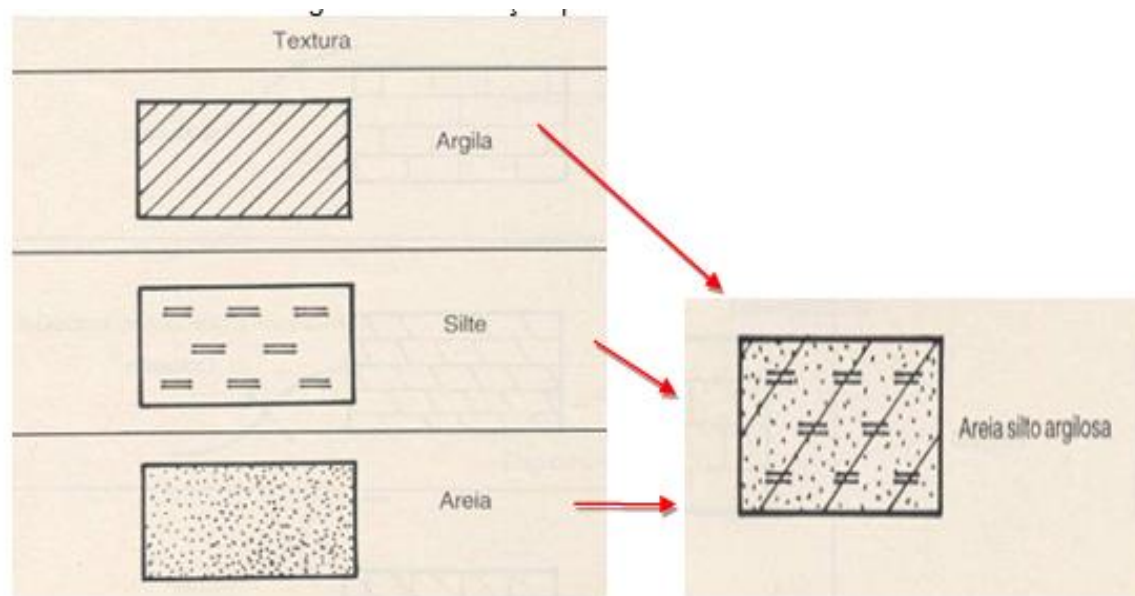


Figura 7. Ilustração para sedimentos e solos

Para criar a imagem de 'areia silto argilosa', a ABNT seguiu o que determina a norma, isto é, areia, fração preponderante do composto granulométrico, vem em evidência, seguido do silte e da argila que aparece com indicação menor, já que é dividida em apenas quatro riscos. Têm-se com base nessa análise o seguinte formativo:

areia silto argilosa: solo resultante do agrupamento de três tipos distintos de partículas de um solo: areia, silte e argila. V. estrutura. (Definição nossa).

Para designar diversas texturas de solo, o técnico ou especialista da área pode fazer uso da imagem (Figura 7) e, conseqüentemente, para designá-la, constrói o termo, a partir da junção de três texturas diferentes de solo, como a norma apresenta

para vários compostos por diferentes frações granulométricas, devem ser sobrepostas às respectivas simbologias, de modo a evidenciar a ocorrência de cada material. Deve ser representada com maior intensidade a fração preponderante no composto granulométrico (NBR 13441, 1995, p. 5).

Ao proceder a recolha dos dados, encontramos na norma de terminologia o termo 'estrutura' (Figura 8) que, a nosso ver, funciona como remissiva do termo: areia silto argilosa.

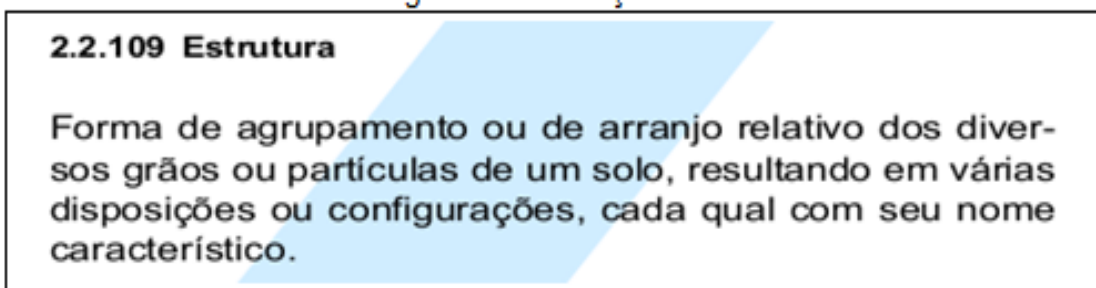


Figura 8. Definição de estrutura

Como os conceitos atribuídos aos termos resultam de relações entre suas características constitutivas, passíveis de confirmação, o reconhecimento de uma denominação e de seu conceito é tarefa que exige análise da pertinência dessas características ou traços em relação ao domínio considerado, Cruz (2012b).

A importância do processo denominativo para as atividades de conceituação, como afirmam Krieger e Finatto (2004), explica, assim, o papel das terminologias na fixação e na circulação do saber científico e técnico, donde o sentido da afirmação de que “para os especialistas, a terminologia é o reflexo formal da organização conceitual de uma especialidade, e um meio inevitável de expressão e comunicação profissional” (CABRÉ, 1993).

Considerações Finais

Embora as NBRs analisadas sejam documentos com estrutura diferenciada dos dicionários de língua de especialidade, nosso ponto de vista é o de que um professor ou técnico da Engenharia Civil pode utilizá-las em sala de aula, quando os alunos forem produzir textos ou relatórios com termos específicos.

A constatação de que as NBRs se aproximam de glossários técnicos contribui de forma contundente para o estudo das NBRs como documento linguístico-terminológico que traz na sua essência, a terminologia da área. A ABNT, além de padronizar normas brasileiras para áreas diversas, ainda contribuiu para a difusão

da terminologia por meio das NBRs, documento oficial que define os procedimentos, métodos, simbologia e a terminologia da Engenharia Civil.

Convém acentuar que as NBRs são obras de referência que servem a todos aqueles que querem conhecer a Engenharia Civil, especificamente, a área das edificações, bem como para quem quer compreender de que aparatos se servem os engenheiros, pedreiros, mestres de obras entre outros especialistas da Engenharia Civil, alvos de adequada terminologia.

As NBRs são uma referência mundial para as empresas e a certificação garante conceitos, análises e estratégias que podem ser adotadas por empreendimentos que buscam se tornar competitivos com padrão internacional de qualidade. Apresentam, ainda, zelo na descrição e definição dos termos. São obras de ampla divulgação, embora sofram restrição devido ao alto custo em relação ao público para quem são dirigidas.

Referências

- ABNT. NBR 6502. Rochas e Solos – Terminologia. Rio de Janeiro, 1995.
- ABNT. NBR 10703. Degradação do solo. – Terminologia. Rio de Janeiro, 1989.
- ABNT. NBR 13441. Rocha e solos – Simbologia. Rio de Janeiro, 1995.
- ABNT. Histórico da ABNT. Rio de Janeiro, 2006.
- BARROS, L. A. Curso Básico de Terminologia. São Paulo: UNESP, 2004.
- CABRÉ, M. T. La terminología: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.
- CUNHA, D. M. *Problemas de trabalho, problemas de linguagem?* Educação e Realidade, n.35, p.49-64, jan./abr. 2010.
- CRUZ, C. L. S. A produtividade de termos predicados em NBR da Engenharia Civil. VI Semana de Estudos Lexicais. Brasília: UnB, 2011 (comunicação oral).
- _____. Análise lexicográfica das Terminologias presentes nas Normas Brasileiras de Regulamentação 6502/1995 e 10703/1989. Congresso Internacional de Dialetologia e Sociolinguística: Diversidade linguística e política de ensino: Anais do II CIDS, São Luis: EDUFMA, 2012a. p. 1111-1123.
- _____. Análise comparativa de NBRs de terminologias e o Dicionário Houaiss. Revista Confluência, nº 43, 2º semestre de 2012b.

_____. (RE) APLICAÇÃO DO CONSTRUCTO DE FAULSTICH: Regras de formação das Unidades Terminológicas Complexas na área da Engenharia Civil. Brasília: DF. Tese (Doutorado em Linguística). UnB, 2013.

FAULSTICH, E. Socioterminologia, mais que um método de pesquisa, uma disciplina. *Ciência da Informação*, vol. 24, n.2, 1995b – Artigos.

_____. *Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas*. In: FAULSTICH, E. e ABREU, S. P. *Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia* – Cooperação Brasil e Canadá. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed., Curitiba: Positivo, 2010.

GUTIÉRREZ RODILLA, B.M. *La ciencia empieza en la palabra. Análisis e historia del lenguaje científico*. Barcelona: Península, 1998.

KRIEGER, M. T. e FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

QUITES, A. M. *Linguagem técnica em soldagem: junta, solda, chanfro*. Disponível em: www.soldasoft.com.br. (PDF), (2011).

WÜSTER, E. *Introducción a la teoría general de la terminologia y a la lexicografia terminológica*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998.